



FLS.:

## ESTUDO TECNICO PRELIMINAR- ETP

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



### Unidade Requisitante

Câmara Municipal de Balsas



### Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



### Equipe de Planejamento

Francisco Franco Moura de Sá  
Rosa Julia de Paula da Silva



### Problema Resumido

Ausência de profissional de advocacia para a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica especializada em Direito Público Administrativo, com foco em demandas da seara administrativa e legislativa, em apoio às atividades da Câmara Municipal de Balsas-MA,

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



### Descrição da Necessidade

A Câmara Municipal de Balsas enfrenta uma lacuna significativa na sua estrutura organizacional devido à ausência de um profissional especializado em advocacia. Este fator tem impactado diretamente a capacidade da instituição em gerir as demandas jurídicas e administrativas que emergem de suas atividades diárias. A falta de assessoria e consultoria jurídica adequada prejudica a tomada de decisões, a elaboração de projetos de lei e a defesa dos interesses públicos no âmbito administrativo e legislativo.

A necessidade de contratação de serviços jurídicos especializados é evidenciada pelas complexidades inerentes ao Direito Público Administrativo, que exigem um entendimento aprofundado das normativas, regulamentações e práticas que regem a atuação do poder público. A ausência de suporte jurídico qualificado pode resultar em falhas em processos decisórios, interpretativos e de planejamento, expondo a Câmara a riscos legais e administrativos. Além disso, a falta de orientação





adequada em matérias de direito público pode comprometer a legalidade e a eficácia das ações legislativas e administrativas, gerando insegurança jurídica.

O atendimento a essa demanda não se restringe apenas à esfera interna da Câmara Municipal; trata-se de garantir que os interesses da sociedade sejam respeitados e promovidos de maneira eficaz. Uma assessoria jurídica sólida permitirá que os vereadores e servidores possam exercer suas funções com maior segurança e conhecimento, refletindo no aprimoramento da qualidade dos serviços prestados à população. Ao solucionar esta lacuna, a Câmara poderá atuar de forma proativa e responsável, contribuindo para a transparência e o respeito aos direitos dos cidadãos.

Portanto, a contratação de serviços especializados em consultoria e assessoria jurídica é essencial para sanar a carência identificada e promover um ambiente institucional mais robusto e eficiente. Essa iniciativa não apenas atenderá às necessidades operacionais da Câmara Municipal de Balsas, mas também proporcionará uma gestão pública mais alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, moralidade e interesse coletivo.

## REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

Para atender à necessidade de prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica especializada em Direito Público Administrativo à Câmara Municipal de Balsas-MA, são estabelecidos os seguintes requisitos que devem ser atendidos pela solução contratada. Esses requisitos visam garantir a seleção da proposta mais vantajosa, assegurando a qualidade e adequação dos serviços prestados.

1. A equipe de profissionais deve ser composta por advogados com formação superior em Direito e registro ativo na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), com mínimo de 5 anos de experiência comprovada em consultoria e assessoria jurídica na seara administrativa e legislativa.
2. O fornecedor deverá apresentar comprovação de experiência anterior em serviços similares prestados a entidades públicas, preferencialmente em câmaras municipais, com indicação de, no mínimo, 3 contratos anteriores.
3. Os serviços oferecidos devem incluir suporte jurídico em todas as atividades relacionadas à análise e elaboração de pareceres, assessoria em processos administrativos, acompanhamento legislativo, elaboração de minutas de projetos de lei e regulamentação, e atendimento a demandas específicas da Câmara Municipal.
4. O prestador de serviços deve garantir disponibilidade de atendimento imediato para consultas e orientações jurídicas, estabelecendo um canal direto de comunicação com a gestão da Câmara Municipal.





5. Deverá ser apresentada uma proposta técnica detalhada que descreva a metodologia de trabalho a ser utilizada, incluindo prazos de resposta a consultas e a frequência de reuniões com a Câmara Municipal para acompanhamento dos serviços prestados.

6. O prestador deve ter experiência com a legislação federal, estadual e municipal aplicável ao exercício das atividades da Câmara Municipal, devendo comprovar isso mediante documentos específicos ou relatórios de trabalhos realizados anteriormente.

7. É imprescindível que o fornecedor esteja em conformidade com a legislação vigente, especialmente quanto às normas de responsabilidade fiscal e de licitações, conforme estipulado na Lei 14.133/21.

8. A proposta deve incluir a garantia de confidencialidade e sigilo nas informações tratadas, especialmente em relação a dados sensíveis e estratégicos da Câmara Municipal.

9. O fornecedor deverá dispor de estrutura física e tecnológica adequada para a execução dos serviços, garantindo recursos necessários para a realização de reuniões, eventuais audiências e outros atos que exijam presença presencial ou virtual.

10. Os critérios de avaliação das propostas devem assegurar que a qualidade técnica dos serviços oferecidos tenha peso relevante na seleção, privilegiando a experiência no setor público e a capacidade de atendimento às demandas da Câmara Municipal.

Esses requisitos foram elaborados para atender plenamente à necessidade identificada, assegurando que a contratação seja eficaz, transparente e competitiva.



## SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

### Solução 1: Contratação de escritório de advocacia especializado

#### Vantagens:

- **Expertise consolidada:** Escritórios já estabelecidos têm experiência em Direito Público Administrativo, podendo oferecer consultoria de alta qualidade.
- **Capacidade de atendimento:** Geralmente possuem uma equipe multidisciplinar, oferecendo suporte em diversas áreas do Direito.
- **Networking:** Possuem conexões com órgãos e instituições que podem ser vantajosas para a Câmara Municipal.

#### Desvantagens:

- **Custo elevado:** Honorários podem ser altos, pressionando o orçamento da Câmara Municipal.





- Rigidez contratual: Contratos de prestação de serviço podem ter termos pouco flexíveis, dificultando ajustes de escopo.
- Tempo de adaptação: A equipe do escritório pode demorar a entender as particularidades das demandas locais e da estrutura da Câmara.

#### Solução 2: Contratação de advogados autônomos

##### Vantagens:

- Custo menor: Honorários tendem a ser mais acessíveis em comparação aos escritórios.
- Flexibilidade: Negociações diretas com o profissional podem permitir ajustes nas condições contratuais conforme necessário.
- Atendimento personalizado: O advogado pode se dedicar exclusivamente às demandas específicas da Câmara Municipal.

##### Desvantagens:

- Limitação de expertise: Um único profissional pode não ter a abrangência necessária para atender todas as demandas da esfera administrativa e legislativa.
- Falta de suporte: Sem uma equipe de apoio, pode faltar agilidade na resposta a múltiplas solicitações simultâneas.
- Risco de escassez: Dependência de um único profissional pode gerar problemas em caso de ausência ou dificuldades pessoais.

#### Solução 3: Formação de uma equipe interna de advogados

##### Vantagens:

- Controle total: Permite à Câmara ter total controle sobre os serviços prestados e alinhamento com suas necessidades.
- Familiaridade com o órgão: Profissionais internos estarão mais familiarizados com as questões específicas de Balsas-MA.
- Potencial de custo-benefício: Em longo prazo, pode representar economia se comparado à contratação externa contínua.

##### Desvantagens:

- Investimento inicial: Custos significativos relacionados à formação da equipe e contratação de profissionais especializados.
- Processo de seleção demorado: Recrutamento e integração podem levar tempo e atrasar a resolução imediata das demandas.
- Necessidade de treinamento contínuo: A atual legislação exige atualização constante, demandando investimento em capacitação.

#### Solução 4: Parcerias com universidades (estaduais ou federais)





#### Vantagens:

- Baixo custo: Geralmente, parcerias resultam em custos reduzidos, dado que muitos estudantes buscam a prática como parte de sua formação.
- Novas perspectivas: Estudantes e recém-formados podem trazer novas abordagens e ideias inovadoras.
- Inserção social: Fomentar parcerias acadêmicas contribui para a formação prática dos alunos e para o desenvolvimento social.

#### Desvantagens:

- Qualidade variável: O nível de conhecimento dos estagiários pode não ser suficiente para lidar com casos complexos.
- Disponibilidade limitada: Estudantes podem ter horários conflitantes, limitando a continuidade e consistência no atendimento jurídico.
- Dependência de supervisão: Necessita de acompanhamento constante por advogados experientes para garantir a qualidade do serviço prestado.

#### Análise comparativa:

1. Escritório especializado: Melhor opção pela qualidade e experiência, mas com custo elevado e rígidez. Ideal se a prioridade for um serviço de alto padrão e rápido.
2. Advogado autônomo: Opção econômica e flexível, mas limita a expertise e pode apresentar riscos de disponibilidade. Mais apropriado para demandas pontuais.
3. Equipe interna: Oferece controle e adaptabilidade, mas exige investimento significativo e tempo de implantação. Boa para uma solução a longo prazo e integrada.
4. Parceria com universidades: Facilita acesso a mão de obra a baixo custo, porém a qualidade pode ser inconsistente e requer supervisão constante. Atraente para uma abordagem de fomento ao ensino, embora com limitações práticas no curto prazo.



#### Descrição da solução escolhida como um todo

A justificativa técnica e econômica para a escolha da contratação de um escritório de advocacia especializado para atender as demandas jurídicas da Câmara Municipal de Balsas é fundamentada em diferentes aspectos que abrangem tanto a eficiência na prestação dos serviços quanto a adequação ao interesse público.

Inicialmente, a decisão de contratar um escritório especializado se baseia na análise das competências técnicas exigidas para o desenvolvimento de atividades jurídicas em Direito Público Administrativo. A complexidade das questões enfrentadas pela Câmara Municipal, que envolve desde assessoria legislativa à consultoria em normativas administrativas, demanda profissionais altamente capacitados e experientes. Um escritório de





advocacia com atuação consolidada na área garantirá não apenas um desempenho superior, mas também a compatibilidade necessária com as especificidades das legislações aplicáveis, resultando em uma consultoria jurídica eficiente e eficaz.

Em termos operacionais, a contratação de um escritório é vantajosa na perspectiva da manutenção e suporte contínuos. Escritórios de advocacia especializados geralmente possuem estrutura organizacional que permite oferecer suporte integral aos seus clientes, assegurando que a Câmara Municipal tenha acesso às atualizações legais, jurisprudenciais e práticas administrativas. Além disso, a escalabilidade dos serviços prestados é um ponto importante a se considerar; a flexibilidade inerente a esses escritórios permite que os serviços sejam ajustados conforme a demanda da Câmara, atendendo a picos de trabalho sem perda de qualidade ou tempo na entrega de soluções.

No que diz respeito ao aspecto econômico, a escolha por um escritório de advocacia pode ser vista como um investimento estratégico. Embora possa existir uma percepção inicial de elevados custos com honorários, é necessário considerar o custo-benefício real, levando em conta o potencial de prevenção de litígios e passivos jurídicos que uma boa assessoria pode proporcionar. A instalação de uma consultoria jurídica qualificada pode evitar erros que levem a processos judiciais, multas ou outras sanções que onerem ainda mais o orçamento da Câmara Municipal. Portanto, o retorno esperado deste investimento pode ser considerado bastante favorável, ao reduzir os riscos financeiros e ao melhorar a eficácia nas operações sociais e administrativas da instituição.

Adicionalmente, a experiência já acumulada por um escritório especializado proporciona um acesso facilitado a recursos e conhecimentos essenciais, que podem resultar em decisões mais acertadas e estratégias jurídicas mais eficazes. Isso promove uma melhora considerável na capacidade de resposta da Câmara Municipal frente a desafios administrativos e legislativos, proporcionando um ambiente legal confiável e transparente, que é do interesse público. A eficiência e agilidade na resolução de questões jurídicas são fatores cruciais para a excelência na gestão pública, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Por fim, a opção pela contratação de um escritório de advocacia especializado não apenas colhe os benefícios de uma assessoria jurídica robusta, mas também se alinha com as melhores práticas de gestão pública. Essa solução é claramente apropriada para as necessidades da Câmara Municipal de Balsas, garantindo respaldo técnico e operacional sólido que favorece a transparência, conformidade e a maximização do uso dos recursos públicos em benefício da sociedade.

13

## QUANTITATIVOS E VALORES

### ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO

#### SERVIÇOS

Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total





CÂMARA MUNICIPAL DE  
**BALSAS**  
HARMONIA E TRABALHO

1	Contratação de escritório de advocacia para a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica especializada em Direito Público Administrativo, com foco em demandas da seara administrativa e legislativa, em apoio às atividades da Câmara Municipal de Balsas-MA	MESES	12,00	R\$ 20.000,00	R\$ 240.000,00
<b>Valor Total</b>					<b>R\$ 240.000,00</b>



### PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação de um escritório de advocacia especializado para prestação de consultoria e assessoria jurídica na Câmara Municipal de Balsas-MA deve ser realizada de forma única e integrada, ao invés de ser parcelada. Essa abordagem assegura que o serviço jurídico requerido seja coeso e contínuo, permitindo uma melhor compreensão das demandas emergentes da seara administrativa e legislativa, além de garantir que a equipe jurídica esteja sempre atualizada sobre os contextos legais e normativos aplicáveis ao município.

O parcelamento poderia trazer desafios significativos à execução do contrato, como a fragmentação dos serviços prestados, dificultando a criação de um fluxo de trabalho eficiente. Com profissionais diferentes atuando em momentos distintos, há risco de perda de continuidade nas orientações e assessorias, podendo levar a inconsistências nos posicionamentos jurídicos e decisões administrativas. Além disso, a relevância dos prazos e a necessidade de respostas rápidas em situações emergenciais podem ser prejudicadas por um processo de contratação segmentado.

Ao optar pela contratação integral de um escritório de advocacia especializado, a Câmara Municipal de Balsas-MA estará promovendo um atendimento mais efetivo ao interesse público, pois garantirá que os serviços jurídicos sejam interligados e alinhados com as necessidades institucionais. A continuidade da assistência legal permitirá que as diversas demandas sejam tratadas de forma integrada, aumentando a eficiência da contratação e, por consequência, a qualidade do suporte à atividade legislativa e administrativa do município.



### RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de um escritório de advocacia especializado para prestar serviços de consultoria e assessoria jurídica à Câmara Municipal de Balsas visa à promoção da economicidade, uma vez que a escolha de um serviço externamente qualificado pode ser mais vantajosa em termos financeiros do que a manutenção de um advogado concursado. Ao evitar custos fixos com a contratação de pessoal permanente, além de encargos trabalhistas e benefícios adicionais, a Câmara poderá alocar esses recursos de maneira mais eficiente. O custo variável da contratação por demanda possibilita adequar os gastos ao fluxo de trabalho real, garantindo assim melhor controle orçamentário.





Além disso, a especialização do escritório contratado resulta em maior eficiência nas atividades jurídicas da Câmara. Profissionais experientes em Direito Público Administrativo estarão aptos a oferecer soluções rápidas e fundamentadas, minimizando riscos jurídicos e evitando retrabalhos e possíveis litígios que podem acarretar despesas adicionais e prejudicar a gestão pública. Isso reflete na otimização da utilização dos recursos materiais e humanos, pois a equipe interna pode se concentrar em suas funções principais, sem o ônus de lidar com questões legais complexas.

A economia também se estende ao tempo. A colaboração com advogados especializados permitirá que os processos legislativos e administrativos transitem de forma mais ágil, facilitando a tomada de decisões e aumentando a eficácia nos serviços prestados à população de Balsas. Assim, a contratação externa para a prestação de serviços jurídicos não apenas representa uma escolha estratégica e econômica, mas também potencializa a capacidade de resposta institucional da Câmara, promovendo maior agilidade na execução de suas atividades normativas e administrativas.

### III PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Para a efetiva implementação da solução escolhida, que é a contratação de escritório de advocacia especializado para a Câmara Municipal de Balsas-MA, diversas providências operacionais e estruturais devem ser adotadas. Primeiramente, deve-se realizar um diagnóstico detalhado das necessidades jurídicas específicas da Câmara, identificando as áreas que exigem maior suporte legal, como licitações, contratos administrativos, fiscalização, e elaboração de pareceres. Esse mapeamento permitirá uma melhor delimitação do escopo dos serviços a serem contratados.

Em seguida, é fundamental estabelecer critérios claros para a seleção do escritório de advocacia. Isso pode incluir requisitos mínimos em termos de experiência prévia em Direito Público Administrativo, qualificação da equipe técnica e histórico de atuação na assessoria a órgãos públicos. Tal medida visa garantir que o contratado possua as competências necessárias para atender à demanda específica da Câmara.

Outra providência importante é a análise do impacto orçamentário da contratação, assegurando que os recursos destinados aos serviços jurídicos estejam compatíveis com o planejamento financeiro da Câmara Municipal. Serão necessários estudos prévios para determinar se a contratação será intensiva ou extensiva ao longo do ano, possibilitando um controle eficiente das despesas.

Além disso, dada a complexidade das questões jurídicas que podem surgir na administração pública, é prudente considerar a necessidade de criar um canal de comunicação direta entre a equipe da Câmara e os profissionais do escritório contratado. A definição de mecanismos eficientes de interação facilitará não apenas a resolução de dúvidas mas também a atualização contínua sobre as legislações pertinentes e as demandas do município.





Caso a Câmara Municipal identifique a necessidade de capacitar seus servidores em temas relacionados à gestão e fiscalização do contrato de prestação de serviços jurídicos, essa formação deve ser fundamentada nas especificidades do contrato e nos desafios enfrentados pela instituição. O treinamento poderá contemplar assuntos como acompanhamento processual, entendimento sobre cláusulas contratuais e técnicas de gestão de parcerias com prestadores de serviço.

Por fim, é essencial criar um plano de avaliação e monitoramento contínuo do desempenho do escritório de advocacia contratado, estabelecendo indicadores que permitam mensurar a eficácia e a qualidade dos serviços prestados. Essa prática não apenas garantirá a execução adequada do contrato, como também promoverá a transparência e a prestação de contas em relação ao uso dos recursos públicos.

Essas providências visam assegurar uma contratação eficaz, alinhada às boas práticas de gerenciamento financeiro e jurídico, priorizando sempre a eficiência e a economicidade na utilização dos recursos públicos da Câmara Municipal de Balsas.



## CONTRATAÇÕES CORRELATAS

A análise da necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes para a solução escolhida, que é a contratação de um escritório de advocacia especializado, indica que não há outras contratações necessárias antes dessa contratação. A prestação de serviços jurídicos de consultoria e assessoria em Direito Público Administrativo demanda expertise específica que não possui dependência técnica ou operacional de outros serviços privados.

Os serviços jurídicos oferecidos pelo escritório de advocacia são independentes e diretos, atendendo de forma única as demandas da Câmara Municipal de Balsas na seara administrativa e legislativa. Não existem, neste contexto, necessidades correlatas que exijam contratações adicionais, como adequações prediais ou manutenção de infraestrutura, pois o foco está exclusivamente na consultoria jurídica exteriorizada por meio dos serviços do advogado.

Portanto, a conclusão é que a contratação do escritório de advocacia especializado pode ser realizada sem a necessidade de quaisquer contratações prévias ou complementares, uma vez que os serviços jurídicos demandados serão autônomos e suficientes para atender às necessidades institucionais da Câmara Municipal de Balsas-MA. Esta abordagem elimina a complexidade adicional que poderia surgir com outras contratações, garantindo uma aplicação eficiente dos recursos públicos destinando-se ao suporte legal necessário.





## IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de um escritório de advocacia especializado para prestar serviços de consultoria e assessoria jurídica à Câmara Municipal de Balsas pode gerar alguns impactos ambientais, apesar de ser uma atividade predominantemente intelectual. Entre os possíveis impactos, destacam-se o consumo de energia elétrica para operações do escritório, o uso de papel e outros insumos de escritório, bem como a geração de resíduos.

Para mitigar esses impactos, diversas medidas podem ser adotadas. Primeiramente, é fundamental buscar escritórios que adotem práticas de eficiência energética, como a utilização de iluminação LED, equipamentos com selo de eficiência energética e a implementação de sistemas de gestão que reduzem o consumo de recursos. Promover auditorias regulares de consumo energético também pode ajudar a identificar oportunidades de redução.

Outra medida importante é a minimização do uso de papel na prestação dos serviços jurídicos. O incentivo ao uso de documentos digitais, por meio de sistemas de gestão de processos eletrônicos, reduz a necessidade de impressão e contribui para a preservação de recursos naturais. Para os casos em que é necessário utilizar papel, recomenda-se a adoção de papel reciclado ou de fontes sustentáveis e o estabelecimento de rotinas para a correta destinação e reciclagem dos documentos gerados.

A logística reversa deve ser considerada nas contratações, principalmente em relação aos materiais utilizados. É essencial que o escritório contratado tenha um plano de gestão que contemple a destinação adequada de resíduos, priorizando a reciclagem e a reutilização de materiais de escritório. Isso inclui a coleta e descarte de cartuchos de impressoras, papéis não mais utilizados e outros insumos descartáveis.

Ademais, promover a conscientização ambiental entre os colaboradores do escritório e os servidores da Câmara Municipal pode amplificar os efeitos positivos das medidas mitigadoras. Treinamentos sobre sustentabilidade e uso responsável dos recursos devem ser incentivados para que todos estejam alinhados com as práticas ecológicas estabelecidas.

Em resumo, as medidas propostas focam na eficiência energética, redução do uso de recursos e promoção da logística reversa, de maneira a minimizar os impactos ambientais decorrentes da contratação dos serviços jurídicos, assegurando um desenvolvimento sustentável nas atividades da Câmara Municipal de Balsas.



## CONCLUSÃO





As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é PLENAMENTE VIÁVEL.

Balsas - MA, 07 de Fevereiro de 2025

Francisco Franco Moura de Sá  
Diretor Dep. Compras e Orçamento  
150-2

Rosa Julia de Paula da Silva  
Assistente de Compras e de Serviços  
331-2